

unidade!

Boletim da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático

JULHO - AGOSTO DE 1953

N.ºs 5 e 6

A amplitude das reivindicações populares não se mede pelos textos; mede-se pelas necessidades e aspirações do Povo.

(Do documento *Situação Política e Económica*, aprovado pela Assembleia de Delegados do MND).

A IX ASSEMBLEIA DE DELEGADOS do Movimento Nacional Democrático

MAIS UMA VITORIOSA JORNADA NA LUTA pelas LIBERDADES FUNDAMENTAIS, pelo PÃO e pelo TRABALHO, pela INDEPENDÊNCIA NACIONAL e pela PAZ

Reuniu-se a IX Assembleia de Delegados do Movimento Nacional Democrático, com a presença de democratas das mais diversas regiões do País. Esta reunião revestiu-se de grande importância, tanto pelo número de delegados como pelo entusiasmo e elevação com que decorreram os debates e pela magnitude das resoluções aprovadas.

A Assembleia começou os seus trabalhos com um discurso do democrata que presidia. Depois de saudar os delegados cuja presença afirmava o desenvolvimento incessante da organização do MND, o presidente da Assembleia evocou o heroísmo de tantos lutadores da Democracia e da Paz e, exaltando a memória daqueles que perderam a vida nesta luta, apontou o Casal Rosenberg como o mais extraordinário exemplo de dignidade humana e do amor da Paz elevado ao supremo sacrifício da vida.

Todos os delegados se levantaram e guardaram um minuto de silêncio pela memória dos esposos Rosenberg.

Retomando o seu discurso, o presidente da Assembleia salientou a importância da realização periódica de assembleias de delegados, quer como expressão da estrutura democrática do MND, quer ainda como afirmação da vitalidade da nossa organização. *A Assembleia de Delegados é o mais alto órgão para determinar a orientação geral do*

MND. Exaltou também o interesse desta Assembleia por se realizar nas proximidades do acto eleitoral. Descreveu os principais factos da vida do MND, evocando a I Assembleia de Delegados, realizada há quatro anos.

Dois acontecimentos se salientaram neste período de quatro anos: a apresentação da candidatura do MND à Presidência da República e a eleição de dois membros do MND para o Conselho Mundial da Paz — o Prof. Ruy Luis Gomes e a escritora Maria Lamas. Assim, *em quatro anos de existência, o Movimento Nacional Democrático projecta-se no País como o único movimento político de luta legal para a satisfação das aspirações do Povo Português, e, no plano internacional, projecta-se igualmente pela sua luta em defesa da Paz.*

Recordou a propósito o notável documento *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico* e, por fim, salientou o desenvolvimento da consciência política revelado pelos quadros do MND, louvando o seu comportamento perante a repressão policial.

Seguiu-se a leitura de um extenso relatório sobre a **Situação Política e Económica.**

Nesse relatório faz-se a história de todos os esforços desenvolvidos pelo MND no sentido de consolidar a unidade dos Democratas e da obra de divisão realizada por Norton de Matos, Azevedo Gomes, António Sérgio, Câmara Reis e outros que se encontram hoje no caminho da traição. A luta pelas Liberdades Fundamentais e pelas condições mínimas de honestidade dos actos eleitorais, as reivindicações do Povo Português, a candidatura do Prof. Ruy Luis Gomes, a conquista da legalidade do MND, a posição do MND perante o imperialismo, são factos que ocupam longas páginas do Relatório, que também denuncia as manobras dos divisionistas, a política antidemocrática do governo e a sua subordinação a interesses estrangeiros.

Em capítulo especial faz-se a destrinça entre o falso "legalismo" apregoado pelos oportunistas e a legalidade defendida pelo MND. Combate-se também toda a ideia de "intervencionismo" estrangeiro ou "putschismo" interno para a solução do problema político português, a que o MND contrapõe a intervenção activa do Povo na vida pública como a única maneira de abrir caminho a uma solução nacional.

Nos capítulos relativos à situação económica, condena-se documentadamente a política monopolista do governo, a política do rearmamento, a invasão de capitais estran-

ARMISTÍCIO NA COREIA

Apesar de todas as manobras de Singman Rhee, inspiradas pelos imperialistas americanos, para sabotar a Paz, concluiu-se o acordo de armistício na Coreia. Este grande acontecimento mostra a importância decisiva das forças da Paz no Mundo. Mostra também que a Paz pode ser salva pela vontade unida dos povos. Saudamos o Povo americano pela sua persistente oposição à guerra da Coreia! Saudamos o Povo coreano pela resistência heróica ao invasor imperialista! Com o seu sangue firmou o direito à independência e à unidade da sua Pátria! A solidariedade e vigilância dos povos de todo o Mundo pode obrigar os agressores a respeitar o armistício e a estabelecer a paz definitiva!

27 de Julho de 1953.

geiros que arruinam a economia nacional, o agravamento das condições de vida do Povo Português causada pela política do Estado Novo.

Finalmente, o Relatório define a posição do MND perante o próximo acto eleitoral.

A leitura do Relatório impressionou bem todos os delegados, que o aprovaram imediatamente, na generalidade. Durante algumas horas, o debate, na especialidade, desenvolveu-se em torno dos factos relatados. Foram propostas e aceites inúmeras alterações e aditamentos de pormenor, que esclareceram ou completaram diversas passagens do extenso documento.

Todos os delegados que intervieram neste debate salientaram a circunstância de se elaborar pela primeira vez a história documentada da luta política desenvolvida no nosso País, nos últimos anos, bem como o grande relevo com que se examina a situação económica criada pela gestão do Estado Novo, inteiramente contrária aos interesses do Povo e da Nação.

No final deste debate, o próprio relator analisou as diversas intervenções, referindo certos problemas omissos no Relatório por efeito de determinadas circunstâncias, e propondo que esses problemas sejam tratados posteriormente. Salientou ainda a necessidade de todas as comissões se ocuparem do estudo dos problemas políticos e económicos de interesse regional e nacional.

Em seguida, foram aprovadas as *Resoluções sobre o Problema Político e Económico*, conforme o texto que inserimos no presente Boletim.

Passou-se ao segundo número da ordem de trabalhos: *Paz e Repressão*, com a leitura de um Relatório dividido em duas partes: na primeira, descreve-se a posição assumida pelo MND no problema da Paz, referindo-se a acção desenvolvida e as perseguições sofridas pelos amigos da Paz; na segunda parte, relata-se com pormenor os actos de repressão praticados pelo governo e pela polícia, os maus tratos infligidos a democratas presos, as violências e arbitrariedades exercidas nas cadeias de Peniche e de Caxias e as represálias económicas de que são vítimas os democratas perseguidos.

Também neste capítulo as intervenções foram valiosas, salientando-se a que se referiu largamente à feição que assume no nosso País a defesa da Paz. Nesta intervenção, que muito interesse despertou na Assembleia, definiu-se o carácter profundamente popular da luta pela Paz, movimento em que se fundem todos os sentimentos, todas as

aspirações e todas as ideias, a defesa da vida e dos bens de toda a população e o património moral e material da nação.

Houve momentos de comoção na Assembleia, ao ser dado conhecimento de duas simples lembranças vindas do Congresso Mundial dos Partidários da Paz e que se destinam ao Prof. Ruy Luís Gomes e à Eng.^a Virginia Moura, como sinal de profunda admiração pela luta desenvolvida pelos dois valorosos democratas em defesa da Paz entre os Povos.

Na continuação do debate, descreveu-se a evolução da luta política no nosso País, acentuando-se que o governo e os seus órgãos repressivos desrespeitam as próprias «leis» do Estado Novo, na medida em que a oposição popular afirma cada vez mais a legalidade da sua luta. Foi defendida a legitimidade da resistência legal às arbitrariedades e violências governamentais e do exercício pleno dos direitos, liberdades e garantias fundamentais consignadas claramente na Constituição Política.

O debate terminou com a aprovação das *Resoluções sobre Paz e Repressão*, que inserimos igualmente neste Boletim.

No exame da *Situação Financeira do MND*, que se seguiu, foi dado um balanço completo das necessidades criadas pela acção do MND e das possibilidades de recolha de fundos pelas comissões. Todos os delegados forneceram informações completas acerca das perspectivas financeiras e afirmaram a sua decisão de empregar todos os esforços para a solução do problema. Aprovaram-se depois as *Resoluções sobre Fundos*.

No capítulo *Organização*, o último da ordem de trabalhos, foi lido um relatório sobre o estado actual da organização do MND e as possibilidades do seu engrandecimento. Aprovadas as *Resoluções sobre Organização*, também insertas neste Boletim, encerrou-se a *IX Assembleia de Delegados do Movimento Nacional Democrático*, cuja realização, nas actuais condições de terror e repressão policial, significa uma impressionante vitória dos Democratas Portugueses. As deliberações desta Assembleia muito contribuirão para o desenvolvimento da luta

PELA DEMOCRACIA E PELA PAZ

FESTEJEMOS O 5 DE OUTUBRO

Constitui um dever de todos os democratas e patriotas celebrar o próximo aniversário da proclamação da República. Façamos do 5 de Outubro uma jornada de luta pelas Liberdades Fundamentais.

Realizai sessões públicas de homenagem aos mortos da República e de proclamação das CONDIÇÕES MÍNIMAS para apresentação de candidaturas, como primeiro passo para a instauração da Democracia em Portugal!

Reclamai que nesse dia seja promulgada uma ampla AMNISTIA A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!

Hasteai a Bandeira Nacional nas janelas das vossas casas!

BENTO DE JESUS CARAÇA

Passou em 25 de Junho o 5.º aniversário do falecimento do Prof. Bento de Jesus Caraça, grande educador da Juventude e notável dirigente da luta pela Libertação Nacional. O MND não esquece o esforçado lutador, cujo exemplo nos anima e inspira na luta pela Democracia, pela Paz e pela Independência Nacional. As perseguições de que foi vítima por parte do governo e da sua polícia contribuíram fortemente para apressar a morte do valeroso combatente da Democracia; a sua memória ainda hoje apavora e confunde os inimigos do Povo.

PELA UNIDADE!

CONTRA OS DIVISIONISTAS!

Quando o Movimento Nacional Democrático teve conhecimento do texto da representação dirigida à Presidência da República, a propósito do próximo acto eleitoral, procurou avistar-se com alguns dos signatários, especialmente com aqueles que ocuparam posições de relevo em movimentos populares anteriores ao MND, expondo-lhes o seguinte:

O MND discorda dalgumas afirmações contidas naquela representação, como, por exemplo, a de que o Pacto do Atlântico é uma «coligação de povos civilizados que antes de tudo, exalta e respeita os direitos fundamentais dos cidadãos», e a interpretação dada à abstenção, que se tem verificado nas «eleições» preparadas pelo Estado Novo, como sinal de «apatia» ou «indiferença» do Povo Português. O MND, pelo contrário, pensa que o Pacto do Atlântico é um instrumento de preparação para a guerra e de expansão e domínio das forças imperialistas. Pensa também que a **abstenção eleitoral** tem demonstrado, não a apatia ou indiferença do Povo, mas, sim, a sua maturidade política; a abstenção tem sido o único caminho justo perante a recusa do governo em satisfazer as *condições mínimas de seriedade de actos eleitorais*:

*elaboração de um recenseamento honesto,
liberdade de propaganda,
fiscalização do acto eleitoral.*

No entanto, quaisquer que sejam as nossas divergências, o MND entende que *é possível e desejável uma ampla unidade de acção no terreno estritamente eleitoral, para a conquista das condições mínimas, sem as quais nenhuma candidatura pode ser apresentada em nome da Democracia e do Povo. O MND apela para todos os cidadãos e, nomeadamente, para os signatários, para que marchemos unidos à conquista das CONDIÇÕES MÍNIMAS!*

Alguns dos signatários declararam abertamente a sua concordância com a posição do MND.

Precisamente com o objectivo de solicitar uma entrevista ao general Norton de Matos, primeiro signatário da representação, a Engenheira Virgínia Moura escreveu-lhe uma carta, a que o general deu uma resposta provocatória, em que dizia: «entendo que não posso ter quaisquer ligações ou relações políticas com comunistas nacionais ou estrangeiros; e dou este conselho a todos os portugueses».

Responder a uma solicitação do Movimento Nacional Democrático em termos de anticomunismo, constitui uma baixa provocação policial. Com esta resposta, o general Norton de Matos mostrou a sua disposição de colaborar com a PIDE na perseguição aos Democratas.

Posteriormente, na cerimónia do início dos tra-

balhos de construção de um hospital em Ponte do Lima, o general Norton de Matos aceitou o convite do governador civil do distrito de Viana do Castelo para tomar parte nessa cerimónia, tomou assento na mesa ao lado do mesmo governador civil e *pronunciou um discurso em que prestou homenagem subserviente ao governo do Estado Novo; aceitou e correspondeu à continência da Legião Portuguesa; denunciou assim, abertamente, a sua passagem, com armas e bagagens, para o campo dos inimigos da Democracia.* Até este ponto o levou o seu propósito de se apresentar como candidato a deputado, sem a garantia de serem satisfeitas as condições mínimas.

A pública adesão do general Norton de Matos ao Estado Novo é o complemento natural da provocação dirigida contra a Engenheira Virgínia Moura; é a consequência lógica da disposição de apresentar candidaturas sem a satisfação prévia das condições mínimas.

A Comissão Central do MND protestou enérgicamente, em carta pública dirigida ao general Norton de Matos, contra a provocação e responsabilizou-o por qualquer acção policial que a sua carta venha a causar contra a Engenheira Virgínia Moura. Muitas outras comissões e aderentes do MND protestaram contra a atitude do general Norton de Matos. A indignação contra esta provocação foi tão grande, que muitas pessoas estranhas ao MND a têm duramente condenado.

O prof. Azevedo Gomes e os drs. Câmara Reis e António Sérgio defendem também a apresentação de candidaturas em quaisquer condições.

O prof. Azevedo Gomes já, em 1949, pretendia que se fosse às urnas sem a satisfação prévia das condições mínimas; rejeitou sempre os apelos à unidade dos Democratas, feitos pelo MND, e tentou organizar um movimento cisionista — a malograda União Democrática Portuguesa.

Os drs. Câmara Reis e António Sérgio foram activos propagandistas da candidatura do situacionista almirante Quintão Meireles, em que trabalharam, lado a lado, com o fascista Rolão Preto, com o precursor do 28 de Maio Cunha Leal, com o antigo comandante do Tarrafal, Martins dos Reis, e com Mário Pessoa e David Neto, que tantas responsabilidades têm na política de sangrenta repressão do Estado Novo.

O dr. Câmara Reis, ainda em Setembro de 1952, a quando da homenagem prestada ao dr. António Luís Gomes, pai do Prof. Ruy Luís Gomes, não teve escrúpulos em proferir um discurso em que exaltou a candidatura do almirante Meireles como a continuação dos movimentos populares de 1945 e de 1949, atitude esta de evidente ultraje ao Prof. Ruy Luís Gomes. Este discurso, feito na pró-

pria casa do Pai do candidato do Povo e da Paz, marca bem até que ponto vai o desrespeito desse pseudo-democrata pela contribuição que o Prof. Ruy Luís Gomes tem dado à luta do Povo Português pela Democracia e pela Paz.

O dr. António Sérgio tem-se evidenciado pela sua actividade divisionista e foi o principal promotor da chamada «Organização Cívica Nacional», criada com o fim de continuar a acção desagregadora e confusionalista da candidatura Meireles. Ele próprio se refere, envaidecido, às suas íntimas relações com as Embaixadas americana e inglesa.

O Movimento Nacional Democrático, ao mesmo tempo que condena a acção dos divisionistas Azevedo Gomes, Câmara Reis e António Sérgio e a do provocador e divisionista Norton de Matos, *exorta todos os cidadãos, e nomeadamente os restantes signatários da representação, a unirem-se para a conquista das CONDIÇÕES MÍNIMAS.*

A passagem do general Norton de Matos para o campo dos inimigos da Democracia denuncia claramente quais os objectivos dos que dirigem as manobras oportunistas e divisionistas para apresentação de candidaturas sem a satisfação prévia das condições mínimas:

*elaboração de um recenseamento honesto,
liberdade de propaganda,
fiscalização do acto eleitoral.*

Todos os cidadãos honestos sentirão a maior repulsa por tais cumplicidades com o fascismo, que significam verdadeira traição à causa da Democracia e do Povo!

O MDN chama todos os Portugueses honrados à

**Unidade para a conquista das
condições mínimas!**

APELO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

Nasceu uma grande esperança. Agora cada homem vê que é possível o acordo. Pode-se acabar com a matança. Pode-se acabar com a guerra fria.

Em tal hora como esta chamamos solenemente os Povos a exigir dos seus governos que negociem e se entendam.

A todos nós compete apoiar toda a iniciativa — venha de que governo vier — para resolver os conflitos por meios pacíficos. A todos nós compete fazer malograr os empreendimentos daqueles que impedem ou atrasam o acordo.

A PAZ ESTÁ AO NOSSO ALCANCE! A NÓS COMPETE GANHÁ-LA!

Budapeste, 20 de Junho de 1953

O POVO PORTUGUÊS

está representado no Conselho Mundial da Paz

O Conselho Mundial da Paz, na sua última reunião, efectuada em Budapeste, no mês de Junho, resolveu ampliar a representação portuguesa, elegendo como novos membros o Prof. Ruy Luís Gomes e a escritora D. Maria Lamas, queridos dirigentes da luta pela Democracia e pela Paz em Portugal.

Este acontecimento assinala o reconhecimento universal da luta do Povo português contra a preparação para a guerra e consagra a acção desenvolvida pelo Movimento Nacional Democrático e pelo Movimento Nacional de Defesa da Paz.

A Imprensa, controlada pelo Estado Novo, omitiu esta notícia que tanto honra o nome de Portugal em todo o Mundo.

A eleição do Prof. Ruy Luís Gomes e da escritora D. Maria Lamas para o Conselho Mundial da Paz atrai as atenções e a admiração da opinião pública mundial para a luta pela Democracia e pela Paz no nosso País. Mas faz aumentar, também, o ódio dos adeptos do Estado Novo contra os dois grandes patriotas.

É necessário, por isso, que todos os Democratas e Partidários da Paz se unam em volta do Prof. Ruy Luís Gomes e da escritora D. Maria Lamas, para os defender da repressão fascista.

Enviai mensagens e telegramas de felicitações e solidariedade ao Prof. Ruy Luís Gomes e à escritora D. Maria Lamas!

Organizai grupos de visitantes a casa do Prof. Ruy Luís Gomes e da escritora D. Maria Lamas, manifestando-lhes o vosso apoio!

Intensificai a formação de Comissões de Paz em todas as cidades, vilas e aldeias e lugares de trabalho!

UNIDOS DEFENDEREMOS OS NOSSOS

QUERIDOS DIRIGENTES!

UNIDOS CONQUISTAREMOS A PAZ!

LUTEMOS CONTRA A REPRESSÃO

O governo emprega desesperados esforços para conter uma oposição popular cada vez mais forte. O agravamento da situação económica atinge a maior parte dos sectores da população: operários, camponeses, as classes médias, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. Multiplicam-se as acções populares pelo pão, pelo trabalho e pela Paz, que se traduzem na realidade por um protesto de todo o País contra a política praticada pelo governo do Estado Novo.

Sem qualquer apoio da opinião pública, divorciado completamente da grande massa dos Portugueses, o governo recorre a todos os métodos de repressão. Nos grandes estabelecimentos fabris, nas grandes empresas industriais ou comerciais, são exercidas coacções policiais sobre operários ou empregados, com o fim de os impedirem de formar comissões que apresentem perante os respectivos sindicatos ou entidades patronais as legítimas reclamações da classe.

Em numerosas localidades da provincia efectuem-se devassas policiais, com o propósito de levar homens e mulheres a denunciarem democratas ou responsabilizar ao acaso certo número de pessoas por inscrições nas paredes, afixação de tarjetas ou distribuição de documentos em defesa da Democracia e da Paz.

A PIDE exerce todas as formas de coacção sobre entidades patronais no intento de impedir que democratas perseguidas exerçam as suas actividades profissionais. Com raras excepções, prestam a sua colaboração à PIDE, com o despedimento dos democratas perseguidos e com a denúncia de operários e empregados que junto delas ou dos respectivos sindicatos reclamam legalmente e com justiça melhores condições de trabalho e de remuneração.

Sobre a família de presos exerce ainda, habitualmente, a PIDE, certos métodos de intimidação, no intuito de lhes arrancar denúncias sobre as actividades políticas dos seus parentes.

O governo procura inutilizar os combatentes da Democracia e da Paz, por meio de desumanas condenações nos tribunais plenários, processos judiciais monstruosos e prisões sem culpa formada por longos períodos.

Assim: os democratas prof. Ruy Luís Gomes, eng.^a Virginia Moura, dr. José Morgado e Albertino Macedo têm os seus direitos políticos suspensos por longos anos; os dois últimos estão submetidos a um afrontoso regime de liberdade vigiada; além disso, Albertino Macedo é impedido pela PIDE, desde 1947, de exercer a sua profissão na indústria de construção naval.

Encontram-se presos há longos meses, sem culpa formada, valorosos democratas e amigos da Paz, como os drs. Mário Sacramento e Manuel Andrade; o comerciante Francisco Farracha e o empregado comercial Francisco Lopes Cipriano. O estudante Silas Cerqueira continua preso só porque, em 9 de

Abril, depunha um ramo de flores no monumento aos Mortos na Grande Guerra, em Lisboa. Alvaro Cunhal continua submetido, na Penitenciária de Lisboa, a um bárbaro isolamento, iniciado há quatro anos, e que ameaça a sua vida!

Temos o dever de lutar contra estas violências e arbitrariedades. A Assembleia de Delegados do MND tomou importantes resoluções — que vão inseridas neste Boletim — sobre a forma de se lutar contra a repressão.

Democratas:

Levai junto das autoridades locais o vosso protesto contra as arbitrariedades policiais!

Reclamai junto das entidades patronais contra os despedimentos por motivos políticos!

Protestai junto do chefe do Estado, do governo e dos juizes contra as perseguições a democratas e amigos da Paz!

Reivindicai a abolição do decreto-lei sobre as medidas de segurança!

**LUTEMOS POR UMA AMPLA AMNISTIA
A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!**

**LUTAR CONTRA A REPRESSÃO É UM DEVER
DE TODOS OS PORTUGUESES DIGNOS!**

PROF. RUY LUÍS GOMES **Prémio Artur Malheiros de 1953**

A Academia das Ciências de Lisboa conferiu, por unanimidade, o Prémio Artur Malheiros ao Prof. Ruy Luís Gomes. Consagra-se assim a obra do grande matemático português, já tão conhecido e admirado nos meios científicos estrangeiros. O governo e a sua Imprensa nenhum relevo deram a este acontecimento, por mesquinho ódio político e desinteresse pela cultura, que vai ao ponto de as autoridades do Estado Novo lhe recusarem passaportes para simples viagens de estudo.

Saudamos no Prof. Ruy Luís Gomes o grande cidadão que com o seu saber dignifica a nossa Pátria, ao mesmo tempo que, com a sua intensa acção política, serve a causa da Democracia e do Povo.

O Prof. Ruy Luís Gomes conta-se no número dos grandes cientistas e patriotas portugueses que, como Bento Caração, Abel Salazar, Manuel Valadares, António Monteiro e outros, deram ou dão o verdadeiro valor à Ciência, pondo-a ao serviço do Povo.

ATENÇÃO AS ELEIÇÕES SINDICAIS

No final do ano corrente e no começo do ano próximo, por determinação das próprias leis do Estado Novo, têm de se realizar eleições sindicais. É necessário que todos os Democratas tenham bem presente a importância fundamental destas eleições na luta pelas reivindicações dos operários e empregados. As comissões do MND, especialmente as comissões de trabalhadores, incumbem a tarefa de promover a formação de comissões sindicais, com trabalhadores honestos, pertençam ou não ao MND. Devem apoiar activamente a eleição de direcções que mereçam a confiança das respectivas classes para a defesa das suas justas reclamações. Em todas as empresas e locais de trabalho devem realizar-se amplas reuniões para a discussão dos problemas de classe, eleição de comissões sindicais e recolha de assinaturas de apoio às listas de unidade dos trabalhadores.

AS CONDIÇÕES MINIMAS SÓ SE CONQUISTAM REFORÇANDO A UNIDADE COM O POVO

No relatório sobre a *Situação Política e Económica Nacional*, apresentado pela Comissão Central do MND à II Assembleia de Delegados, afirmava-se:

“A luta pelas Condições Mínimas deve ser associada a todas as lutas diárias pela Liberdade, pelo Pão, pelo Trabalho, pela Paz e pela Independência Nacional. No decorrer de todas as reivindicações populares, todos os Democratas devem pôr o problema das Condições Mínimas, mostrando como a conquista dessas condições e a consequente formação de um governo democrático trazem consigo a satisfação de todas as aspirações do nosso Povo.

“Para reforçar a Unidade com o Povo, é indispensável estudar e lutar pela solução dos problemas que o preocupam, quer se trate de problemas que digam respeito a todo o País, quer de problemas locais ou profissionais.

“Existem condições concretas para uma ampla mobilização das classes trabalhadoras, da pequena e média burguesia, para a reivindicação das garantias mínimas de seriedade do acto eleitoral. Com efeito, no plano internacional, a luta dos povos pela Paz e o agravamento das contradições entre empresários de guerra, convergem não só para fortalecer os laços de amizade entre os povos, como ainda, dentro de cada país, para se aliarem todas as classes oprimidas e exploradas — operários, camponeses, pequena e média burguesia. No plano interno, a política seguida pelo Estado Novo, de protecção aos grandes latifundiários e monopolistas e de preparação para a guerra, irmana, cada vez mais, as classes médias, ameaçadas de destruição, com as classes trabalhadoras. Estas condições concretas devem ser estudadas com o objectivo geral de fortalecer a Unidade para a conquista da Democracia e da Paz — neste momento, para a conquista das Condições Mínimas”.

Esta orientação, aprovada pela Assembleia de Delegados do MND, deve ser seguida pelos Democratas em todas as situações concretas. **A Unidade com o Povo forja-se na luta pelas reivindicações do Povo!**

Por exemplo:

— na freguesia de Arroios (Lisboa), os Democratas mobilizam a população para a luta pelo calcetamento e electrificação da Avenida de Roma:

— em Alcântara (Lisboa) e Moscavide (Loures), por um mercado em boas condições higiénicas;

— em Queluz, pela construção de um lactário;

— pela reparação de uma estrada que liga Parede a Oeiras;

— em Estribeiro (Alenquer), pelo saneamento do poço e canalização de águas;

— na parte alta do concelho de Alenquer, pela electrificação das respectivas povoações;

— no Porto e noutros pontos do País, contra a elevação das tarifas de energia eléctrica;

— na freguesia do Poço do Bispo (Lisboa), pela melhoria do serviço de transportes colectivos, etc.

O MND promove e apoia todas estas e outras reivindicações populares, no sentido de melhorar as condições de vida e o bem-estar do Povo. Assim, exorta todos os Democratas a formar *comissões de melhoramentos locais* com pessoas honestas, aderentes ou não do MND, e a apoiar aquelas que se formem por iniciativa das próprias populações.

Em todas as circunstâncias, os Democratas devem associar-se às reivindicações do Povo e mostrar como a luta pelas Condições Mínimas abre caminho para a satisfação de todas as aspirações populares.

A luta pelas Condições Mínimas deve alargar-se muito para além dos quadros e aderentes do MND, procurando interessar nela toda a população. Para isso, é necessário que as comissões do MND promovam a formação de **Comissões de Unidade para a conquista das Condições Mínimas**, com homens e mulheres, quaisquer que sejam as suas tendências políticas ou religiosas, que estejam dispostos a reclamar a satisfação dessas condições.

É necessário ainda fazer reuniões cada vez mais amplas e sessões públicas, com o fim de reivindicar as Condições Mínimas. Nessas reuniões e sessões devem eleger-se **Comissões de Unidade para a Conquista das Condições Mínimas** e votar moções sobre a reivindicação de um *recenseamento honesto, liberdade de propaganda e fiscalização do acto eleitoral*, e recolher assinaturas para representações ao governo e autoridades locais reclamando as Condições Mínimas.

Os aderentes do MND devem promover a formação de grupos numerosos que acompanhem as comissões na entrega de representações às autoridades.

Todas estas formas legais de luta são indispensáveis para o reforço da **Unidade com o Povo** e para a **Conquista das Condições Mínimas**.

Associar a luta pelas Condições Mínimas às reivindicações locais e profissionais e à luta pela Paz!

Realizar reuniões amplas e sessões públicas de apoio à luta pelas Condições Mínimas!

Formar Comissões de Unidade para a conquista das Condições Mínimas!

Promover representações à Presidência da República, ao governo e às autoridades locais, reclamando as Condições Mínimas!